



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

3289

Presidente da Mesa Diretora: Cláudio Avelino Pereira

Espécie: Projeto de Lei

Categoria: Orçamento

Autoria: Executivo Municipal

Data: 26/11/1992

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 81/1992. Estima a receita e fixa a despesa do município de Montes Claros, para o exercício financeiro de 1993, e dá outras providências. (Referente à Lei nº 2.094, de 28/12/1992).

Controle Interno – Caixa: 18.1 **Posição:** 08 **Número de folhas:** 22

Observação: A descrição orçamentária encontra-se no arquivo físico. Trata-se de anexo contendo 135 páginas. Disponível para pesquisa in loco.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Espécie: PL

Categoria: Orçamento

Cx: 18.1

Ordem: 08

Nº fls: 152

P.L. Nº 81/92

Aprovado em 26.11.1992

O R Ç A M E N T O - 1 9 9 3

Caixa



Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº _____

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS PARA O EXERCÍCIO DE 1993.

A Câmara Municipal de Montes Claros (MG) aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Artigo 1º - O orçamento do Município de Montes Claros, para o exercício financeiro de 1993 estima a receita em..... Cr\$ 1.344.909.096.000,00 (um trilhão, trezentos e quarenta e quatro bilhões, novecentos e nove milhões e noventa e seis mil cruzeiros) sendo Cr\$ 1.320.000.000.000,00 (um trilhão, trezentos e vinte bilhões de cruzeiros) para a Administração Direta e Cr\$ 24.909.096.000,00 (vinte e quatro bilhões, novecentos e nove milhões, noventa e seis mil cruzeiros) para a Administração Indireta.

Artigo 2º - A receita será realizada na forma da legislação em vigor, obedecendo os seguintes desdobramentos :

a) Administração Direta.....Cr\$ 1.320.000.000.000,00

1- Receitas Correntes.....Cr\$ 1.113.300.000.000,00

1.1 - Receitas Tributárias.....Cr\$ 166.440.000.000,00

1.2 - Receita Patrimonial.....Cr\$ 26.500.000.000,00

1.3 - Receita Industrial.....Cr\$ 1.560.000.000,00

1.4 - Receita de Serviços.....Cr\$ 4.600.000.000,00

1.5 - Transf. Correntes.....Cr\$ 890.800.000.000,00

1.6 - Outras Receitas Correntes.....Cr\$ 23.400.000.000,00

2 - Receitas de Capital.....Cr\$ 206.700.000.000,00

2.1 - Operações de Crédito.....Cr\$ 198.000.000.000,00

2.2 - Alienação de Bens.....Cr\$ 200.000.000,00

2:3 - Transf. de Capital.....Cr\$ 8.500.000.000,00

b) Administração Indireta.....Cr\$ 24.909.096.000,00

Empresa Municipal de Serviços, Obras e Urbanização - ESURB .
Discriminado conform orçamento anexo.



Câmara Municipal de Montes Claros

Artigo 3º - O orçamento para o exercício de 1993 fixa a despesa em Cr\$ 1.344.909.096.000,00 (um trilhão, trezentos e quarenta e quatro bilhões, novecentos e nove milhões e noventa e seis mil cruzeiros) sendo Cr\$ 1.320.000.000.000,00 (um trilhão trezentos e vinte bilhões de cruzeiros) para a Administração Direta e Cr\$ 24.909.096.000,00 (vinte e quatro bilhões, novecentos e nove milhões, noventa e seis mil cruzeiros) para a Administração Indireta.

Artigo 4º - A despesa será realizada segundo a discriminação dos anexos da presente Lei que apresentam a composição por função, órgão, categorias e programação, categorias econômicas, conforme o seguinte desdobramento :

a) Administração Direta.....Cr\$ 1.320.000.000.000,00

1 - Funções e órgãos :

1.1 - Legislativa.....Cr\$	56.100.000.000,00
Gabinete do Prefeito.....Cr\$	56.100.000.000,00
1.2 - Judiciária.....Cr\$	6.230.000.000,00
Procuradoria e Consultoria	
Jurídica.....Cr\$	6.230.000.000,00
1.3 - Administração e Planejam-	
to.....Cr\$	349.729.500.600,00
Gabinete do Prefeito.....Cr\$	10.415.000.000,00
Secretaria de Governo.....Cr\$	14.000.000.000,00
Procuradoria e Consultoria	
Jurídica.....Cr\$	2.300.000.000,00
Auditoria Geral.....Cr\$	1.675.000.000,00
Secretaria de Planejamento	
e Coordenação.....Cr\$	30.580.500.000,00



Câmara Municipal de Montes Claros

Secretaria de Administração.....Cr\$	194.454.000.000,00
Secretaria de Fazenda.....Cr\$	77.925.000.000,00
Secretaria de Serviços Urbanos.....Cr\$	5.640.000.000,00
Secretaria de Saúde.....Cr\$	60.000.000,00
Secretaria de Desenvolvimento Econ- ômico.....Cr\$	7.340.000.000,00
Secretaria de Ação Social.....Cr\$	5.340.000.000,00
1.4 - Agricultura.....Cr\$	15.655.000.000,00
Secretaria de Desenvolvimento EconômicoCr\$	15.655.000.000,00
1.5 - Educação e Cultura.....Cr\$	290.290.000.000,00
Secretaria de Educação.....Cr\$	258.400.000.000,00
Secretaria de Cultura, Esporte, La- zer e Turismo.....Cr\$	31.890.000.000,00
1.6 - Habitação e Urbanismo.....Cr\$	110.165.500.000,00
Secretaria de Serviços Urbanos.....Cr\$	93.665.000.000,00
Secretaria de Obras.....Cr\$	500.000,00
Secretaria de Ação Social.....Cr\$	16.500.000.000,00
1.7 - Indústria, Comércio e Serviços.....Cr\$	2.390.000.000,00
Secretaria de Cultura, Esporte, La- zer e Turismo.....Cr\$	2.390.000.000,00
1.8 - Saúde e Sanamento.....Cr\$	303.588.000.000,00
Planejamento e Coordenação.....Cr\$	244.800.000.000,00
Secretaria de Serviços Urbanos.....Cr\$	1.258.000.000,00
Secretaria de Saúde.....Cr\$	57.530.000.000,00
1.9 - Assistência e Previdência Social....Cr\$	92.797.000,00



Câmara Municipal de Montes Claros

Secretaria de Saúde.....Cr\$	57.530.000.000,00
1.9- Assistência e Previdência	
Social.....Cr\$	92.797.000.000,00
Secretaria de AdministraçãoCr\$	63.958.000.000,00
Secretaria de Ação Social...Cr\$	28.839.000.000,00
1.10- Transportes.....Cr\$	93.055.000.000,00
Secretaria de Planejamento e Coordenação.....Cr\$	50.500.000.000,00
Secretaria de Serviços Urbanos.....Cr\$	42.555.000.000,00
b) Administração Indireta.....Cr\$	24.909.096.000,00
Empresa Municipal de Serviços, Obras e Urbanização - ESURB. Discriminado conforme orçamento anexo.	
TOTAL.....Cr\$	1.344.909.096.000,00

Artigo 5º - Ficam fazendo parte integrante da presente Lei os quadros anexos.

Artigo 6º-Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares até o limite de 50% (cinquenta por cento) da despesa fixada nesta Lei, utilizando os recursos provenientes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias , conforme o disposto do Artigo 43, § 1º, Inciso III, da Lei Federal, número 4.320/64.

Artigo 7º - Durante a execução orçamentária, fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares, utilizando recursos provenientes de excesso de arrecadação, de acordo com o artigo 43, § 1º, Inciso II, da Lei Federal, número 4.30/64.



Câmara Municipal de Montes Claros

Artigo 8º - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de crédito, nos termos do Artigo 165, § 8º e Artigo 167, Inciso III da Constituição Federal.

Artigo 9º - O repasse dos recursos de dotações referentes a Transferências Intragovernamentais e a Instituições Privadas, constantes deste orçamento, dependerão de autorização legislativa, ressalvadas aquelas já definidas e especificadas nos Quadros de Detalhamento de Despesas.

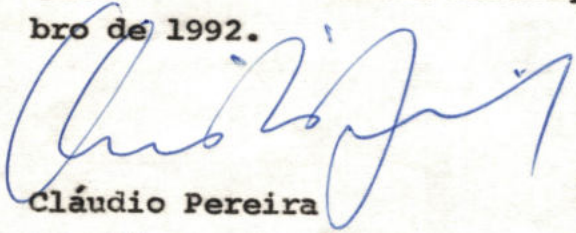
Artigo 10 § O Poder Executivo, através da Secretaria de Planejamento e Coordenação, acompanhará a execução orçamentária, atentando para o cumprimento das metas estabelecidas para o exercício de 1993, no Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e neste Orçamento.

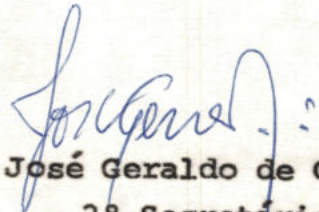
Artigo 11 - Esta Lei vigorará durante o exercício de 1993.

Artigo 12 - Revogam-se as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução desta Lei pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém e declare.

Câmara Municipal de Montes Claros, 01 de dezembro de 1992.


Cláudio Pereira
Presidente da Câmara


José Geraldo de Oliveira
2º Secretário



Câmara Municipal de Montes Claros



EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO QUE CONTÉM A PROPOSTA
ORÇAMENTÁRIA DESTE MUNICÍPIO PARA 1993.

EMENDA - que se eleve de 30 para 50 o percentual previsto
no Art. 6º, como limite à abertura de créditos
suplementares .

Sala das sessões, 17 de novembro de 1992.

Vereador Artur Luiz Ferreira Leite

sem ser servido
Doutor

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

A COMISSÃO DE FINANÇAS

ORÇAMENTO

EM _____ DE _____ DE 19____

PRESIDENTE



Câmara Municipal de Montes Claros

PROPOSTA DE EMENDA AO ORÇAMENTO PARA 1993

Emenda
17.11.92

EMENDA - que seja consignado no referido orçamento, a título de ajuda financeira à ABO - Subseção de Montes Claros, uma dotação no valor de Cr\$ 100.000.000,00, destinada ao custeio de cursos de aperfeiçoamento dos profissionais da área .

Rejeita

Os recursos para fazer face à consignação de tal dotação devem ser remanejados da rubrica 13754283001- Aquisição de Equipamentos e Material Permanente da Divisão de Odontologia .

Sala das sessões, 17 de novembro de 1992.

Oliveira
Vereador José Geraldo Oliveira

*hi somo esse documento
por meio
de*

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS	
A COMISSÃO DE <u>FINANÇAS</u>	
E <u>ORÇAMENTO</u>	
EM	DE _____ DE 19__
_____ PRESIDENTE	

Câmara Municipal de Montes Claros

PROPOSTA DE LEI Nº 001/1993

que seja encaminhado ao Conselho Municipal, a fim de
de julgar a proposta de Lei - Orçamento de Montes Claros
por, uma dotação de valor de R\$ 100.000,00, des-
linha-se ao custeio de cursos de treinamento dos
profissionais da área.

Os recursos para fazer face a eventual necessidade de
pagar deves ser provenientes da rubrica 15754283001-
aquisição de Equipamentos e Material Permanente da Di-
visão de Odontologia.

Sala das sessões, 17 de novembro de 1993.

Versador José Carlos Oliveira



Câmara Municipal de Montes Claros

PROPOSTA DE EMENDA AO ORÇAMENTO PARA 1993

EMENDA - que seja consignado no referido orçamento uma dotação no valor de Cr\$ 24.000.000,00, a título de subvenção à entidade mantenedora da Guarda Mirim de Montes Claros, devendo o referido valor ser foneado da rubrica 0847235 - BOLSAS DE ESTUDO, que pasará de Cr\$ 25.000.000,00 para Cr\$ 1.000.000,00.

Sala das sessões, 17 de novembro de 1992.

Eduardo Avelino
Vereador Eduardo Avelino Pereira

A Comissão
17.11.92.
Recebido
Aprova

EM DE DE 19

Sumo Eggs Spinning
Pete F.



Câmara Municipal de Montes Claros

EMENDA À PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 1993

EMENDA - que seja inserida no projeto uma dotação no valor de Cr\$100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros) , como Transferência à Associação de Orientação e Assistência à Mulher, de Montes Claros.

Os recursos para fazer face à inserção da referida dotação serão transferidos da seguinte rubrica :


Secretaria Municipal de Ação Social

Divisão de Serviços Sociais

15814861039 - Implantação do Centro de Triagem e Encaminhamento

4110 - Obras e Instalações .

Sala das sessões, 12 de novembro de 1992.


Vereadora Marlene Tavares

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

A COMISSÃO DE FINANÇAS

E ORÇAMENTO.

EM _____ DE _____ DE 19__

PRESIDENTE

*É legal e constitucional
pela aprovação*

[Assinatura]

EM NOVA FOLHA ORÇAMENTARIA PARA 1992

As ações inscritas no projeto - uma vez que no valor de
R\$ 100.000,00 (cem mil reais) - como
Transferência à Associação de Defesa e Assistência
da Mulher de Montes Claros.

Os recursos para fazer face à despesa de referência do-
ração serão transferidos da seguinte rubrica:

Secretaria Municipal de Ação Social

Divisão de Serviços Sociais

1581484139 - Transferência do Centro de Trabalho e

Desenvolvimento

4110 - Outros e - transferências.

Em 12 de novembro de 1992.

Verde Jorge Mariano Tavares



Câmara Municipal de Montes Claros

EMENDAS À PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO
PARA O EXERCÍCIO DE 1993.

EMENDA UM - que se reduza de 30 para 10 o percentual previsto no Art. 6º, como limite à abertura de créditos suplementares.

EMENDA DOIS - que se dê ao Art. 7º o seguinte teor :

" Art. 7º - Durante a execução orçamentária, poderá o Poder Executivo promover a abertura de créditos suplementares, utilizando recursos provenientes do excesso de arrecadação, observado o disposto no Art. 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64. "

EMENDA TRES - que se dê ao Art. 8º o seguinte teor :

" Art. 8º - As operações de crédito, se necessárias, serão realizadas observado o disposto no Art. 165, § 8º e Art. 167, inciso III, da Constituição Federal. "

Sala das sessões, novembro de 1992.

Vereador José Correa Machado

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

A COMISSÃO DE FINANÇAS

E ORÇAMENTO.

EM _____ DE _____ DE 19__

PRESIDENTE

Somos 2242 assinados

[Handwritten signature]

ANEXO Nº 12 - ANEXO Nº 12 - ANEXO Nº 12

ANEXO Nº 12 - ANEXO Nº 12 - ANEXO Nº 12

ANEXO Nº 12 - ANEXO Nº 12 - ANEXO Nº 12

ANEXO Nº 12 - ANEXO Nº 12 - ANEXO Nº 12

ANEXO Nº 12 - ANEXO Nº 12 - ANEXO Nº 12

ANEXO Nº 12 - ANEXO Nº 12 - ANEXO Nº 12

PROJETO DE LEI No.

Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Montes Claros para o exercício financeiro de 1993.

A Câmara Municipal de Montes Claros decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O orçamento do Município de Montes Claros, para o exercício financeiro de 1993 estima a receita em CR\$ 1.344.909.096.000,00 (Um Trilhão, Trezentos e Quarenta e Quatro Bilhões, Novecentos e Nove Milhões e Noventa e Seis Mil Cruzeiros) sendo CR\$ 1.320.000.000.000,00 (Um Trilhão, Trezentos e Vinte Bilhões de Cruzeiros) para a Administração Direta e CR\$ 24.909.096.000,00 (Vinte e Quatro Bilhões, Novecentos e nove Milhões, Noventa e Seis Mil Cruzeiros) para a Administração indireta.

Art. 2º - A receita será realizada na forma da legislação em vigor, obedecendo os seguintes desdobramentos:

a) Administração DiretaCR\$ 1.320.000.000.000,00

1 - Receitas CorrentesCR\$ 1.113.300.000.000,00

1.1 - Receitas TributáriasCR\$ 166.440.000.000,00

1.2 - Receita PatrimonialCR\$ 26.500.000.000,00

1.3 - Receita IndustrialCR\$ 1.560.000.000,00

1.4 - Receita de ServiçosCR\$ 4.600.000.000,00

1.5 - Transf. CorrentesCR\$ 890.800.000.000,00

1.6 - Outras Receita CorrentesCR\$ 23.400.000.000,00

2 - Receitas de CapitalCR\$ 206.700.000.000,00

2.1 - Operações de CréditoCR\$ 198.000.000.000,00

2.2 - Alienação de BensCR\$ 200.000.000,00

2.3 - Transf. de CapitalCR\$ 8.500.000.000,00

b) Administração IndiretaCR\$ 24.909.096.000,00

Empresa Municipal de Serviços, Obras e Urbanização - ESURB. Discriminado conforme orçamento anexo.

Art. 3º. - O orçamento para o exercício de 1993 fixa a despesa em CR\$ 1.344.909.096.000,00 (Um Trilhão, Trezentos e Quarenta e Quatro Bilhões, Novecentos e Nove Milhões e Noventa e Seis Mil Cruzeiros), sendo CR\$ 1.320.000.000.000,00 (Um Trilhão, Trezentos e Vinte Bilhões de Cruzeiros) para Administração Direta e CR\$ 24.909.096.000,00 (Vinte e quatro bilhões, novecentos e nove milhões e noventa e seis mil cruzeiros) para a Administração Indireta.

Art. 4º - A despesa será realizada segundo a discriminação dos anexos da presente lei que apresentam a composição por função, órgão, categorias e programação, categorias econômicas, conforme o seguinte desdobramento:

a) Administração Direta.....CR\$ 1.320.000.000,00

1 - Funções e órgãos:

1.1 - Legislativa.....CR\$ 56.100.000,00

Gabinete do Prefeito.....CR\$ 56.100.000,00

1.2 - Judiciária.....CR\$ 6.230.000,00

Procuradoria e Consultoria Jurídica.....CR\$ 6.230.000,00

1.3 - Administração e Planejamento.....CR\$ 349.729.500,00

Gabinete do Prefeito.....CR\$ 10.415.000,00

Secretaria de Governo.....CR\$ 14.000.000,00

Procuradoria e Consultoria Jurídica.....CR\$ 2.300.000,00

Auditoria Geral.....CR\$ 1.675.000,00

Secretaria de Planejamento e Coordenação.....CR\$ 30.580.500,00

Secretaria de Administração.....CR\$ 194.454.000,00

Secretaria de Fazenda.....CR\$ 77.925.000,00

Secretaria de Serviços Urbanos.....CR\$ 5.640.000,00

Secretaria de Saúde.....CR\$ 60.000,00

Secretaria de Desenvolvimento Econômico.....CR\$ 7.340.000,00

Secretaria de Ação Social.....CR\$ 5.340.000,00

1.4 - Agricultura.....CR\$ 15.655.000,00

Secretaria de Desenvolvimento Econômico.....CR\$ 15.655.000,00

1.5 - Educação e Cultura.....CR\$ 290.290.000,00

Secretaria de Educação.....CR\$ 258.400.000,00

Secretaria de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo...CR\$ 31.890.000,00

1.6 - Habitação e Urbanismo.....CR\$ 110.165.500,00

Secretaria de Serviços Urbanos.....CR\$ 93.665.000,00

Secretaria de Obras.....CR\$ 500.000,00

Secretaria de Ação Social.....CR\$ 16.500.000,00

1.7 - Indústria, Comércio e Serviços.....CR\$	2.390.000.000,00
Secretaria de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo...CR\$	2.390.000.000,00
1.8 - Saúde e Saneamento.....CR\$	303.588.000.000,00
Planejamento e Coordenação.....CR\$	244.800.000.000,00
Secretaria de Serviços Urbanos.....CR\$	1.258.000.000,00
X Secretaria de Saúde.....CR\$	57.530.000.000,00
1.9 - Assistência e Previdência Social.....CR\$	92.797.000.000,00
Secretaria de Administração.....CR\$	63.958.000.000,00
Secretaria de Ação Social.....CR\$	28.839.000.000,00
1.10- Transportes.....CR\$	93.055.000.000,00
Secretaria de Planejamento e Coordenação.....CR\$	50.500.000.000,00
Secretaria de Serviços Urbanos.....CR\$	42.555.000.000,00
b) Administração Indireta.....CR\$	24.909.096.000,00
Empresa Municipal de Serviços, Obras e Urbanização - ESURB. Discriminado conforme orçamento anexo.	
TOTAL.....CR\$	1.344.909.096.000,00

Art. 5o - Ficam fazendo parte integrante da presente lei os quadros anexos.

Art. 6o - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares até o limite de 30% (Trinta por Cento) da Despesa fixada nesta Lei, utilizando os recursos provenientes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, conforme o disposto no art. 43, § 1o, inciso III, da Lei Federal número 4.320/64.

Art. 7o - Durante a execução orçamentária, fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares, utilizando recursos provenientes de excesso de arrecadação, de acordo com o art. 43, § 1o, inciso II, da Lei Federal número 4.320/64.

Art. 8o - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de crédito, nos termos do art. 165, § 8o e art. 167, inciso III da Constituição Federal.

X Art. 9o - O repasse dos recursos de dotações referentes a Transferências Intragovernamentais, e a Instituições Privadas, constantes deste orçamento, dependerão de autorização legislativa, ressalvadas aquelas já definidas e especificadas nos Quadros de Detalhamento de Despesas.

Art. 10o - O Poder Executivo, através da Secretaria de Planejamento e Coordenação, acompanhará a execução orçamentária, atentando para o cumprimento das metas estabelecidas para o exercício de 1993 no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e neste Orçamento.

Art. 11o - Esta Lei vigorará durante o exercício de 1993.

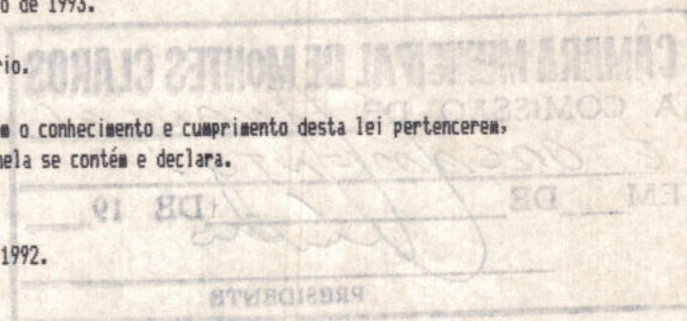
Art. 12o - Revogam-se as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e cumprimento desta lei pertencerem, que a cumpram e a façam cumprir, tão integralmente, como nela se contém e declara.

Prefeitura de Montes Claros, 30 de Setembro de 1992.

Mário Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal



SOMOS TODA AGRUPAMENTO

afirmações

[Handwritten signature]

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE FINANÇAS
E ORÇAMENTO
EM 11 DE Junho DE 1992
[Signature]
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM DISCUSSÃO POR
SALVO MENÇÃO
EM 17 DE maio DE 1992
[Signature]
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM DISCUSSÃO POR
27 de Fev
EM 26 DE maio DE 1992
[Signature]
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
À SANÇÃO
EM 16 DE maio DE 1992
[Signature]
PRESIDENTE

Montes Claros, 30 de Setembro de 1992.

Ofício No.: GP 327/92

Senhor Presidente,

Tenho a grata satisfação de encaminhar à V.Exa., para exame e deliberação dessa egrégia Câmara Municipal, projeto de Lei que estabelece a previsão da Receita e fixa Despesa do Município de Montes Claros para o exercício de 1993.

O Projeto de Lei que ora submetemos a essa casa legislativa estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 1993 em Cr\$ 1.344.909.096.000,00 (Um trilhão, trezentos e quarenta e quatro bilhões, novecentos e nove milhões e noventa e seis mil cruzeiros), dos quais Cr\$ 1.320.000.000.000,00 (Um trilhão, trezentos e vinte bilhões de cruzeiros) destinados a Administração Direta e Cr\$ 24.909.096.000,00 (Vinte e quatro bilhões, novecentos e nove milhões, noventa e seis mil cruzeiros) destinados à Administração Indireta.

A metodologia adotada para elaboração da presente proposta considerou o seguinte:

- a) A legislação aplicável à matéria, abrangendo os dispositivos constitucionais, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei no. 4.320/64 e a Lei Orgânica do Município;
- b) As Receitas foram orçadas segundo os preços vigentes em Julho de 1992 e atualizadas para Dezembro de 1992, de acordo com o índice médio de crescimento da Receita no ano, correspondente a 15,7% ao mês.
- c) Projetou-se uma correção mensal para o exercício de 1993 da ordem de 20,97%, fundamentada na análise do comportamento do Índice de Preços ao Consumidor - IPC, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE.
- d) Todos os seguimentos da Administração Direta, Administração Indireta e Poder Legislativo, foram ouvidos para elaboração da proposta orçamentária.

Importante ressaltar que as prioridades estabelecidas na proposta orçamentária refletem o compromisso político que assumimos no início da nossa administração, destacando obras e serviços de interesse da população, especialmente nos seguimentos Educação, Saúde, Saneamento Básico, Habitação, Pavimentação e Saneamento Econômico-financeiro das finanças públicas municipais.

Acreditando que a Proposta Orçamentária que encaminhamos à V.Exa. será aprovada sem restrições, eis que elaborada em consonância com os ditames constitucionais e legais, apresentamos-lhe e a seus dignos pares, os protestos, de elevado respeito.

Cordialmente,

Mário Ribeiro da Silveira
Prefeito Municipal

Exmo. Sr.
Dr. Cláudio Avelino Pereira
MD Presidente da Câmara Municipal de
Montes Claros - MG
NESTA.